

# Uma discussão analítico-comportamental sobre o autor de violência sexual infantojuvenil

A behavioral-analytic discussion about the offender of child and juvenile sexual violence

Discusión analítico conductual sobre el autor de la violencia sexual infanto juvenil

Ariadne Cristina Suzuki de Lima  
Alex Eduardo Gallo

Universidade Estadual de Londrina



Cynthia Borges de Moura ✉

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é discutir o comportamento do autor de violência sexual a partir dos pressupostos da Análise do Comportamento, bem como as possíveis contribuições dessa perspectiva para a compreensão desse fenômeno. Entender o abuso sexual infantojuvenil, como qualquer outro comportamento humano, significa compreender sua determinação filogenética, ontogenética e cultural, modelo que recebe o nome de seleção por consequências. Nesse modelo, os comportamentos não são “causados” por eventos únicos e necessários, mas são selecionados por suas consequências. Identificar quais contingências relacionam-se ao comportamento em questão – entre elas, as características em comum entre abusadores e as variáveis culturais relacionadas ao abuso – pode possibilitar o desenvolvimento de estratégias mais seguras de prevenção dos casos de abuso e de intervenção com o perpetrador.

*Palavras-chave:* análise do comportamento, abuso sexual infantojuvenil, criança, adolescente

## ABSTRACT

The aim of the present paper is to discuss the sexual offender's behavior from the behavior-analytic perspective, as well as the possible contributions of this approach to understand this phenomenon. Understanding child sexual abuse as any other human behavior means understanding its phylogenetic, ontogenetic, and cultural determination, a model known as selection by consequence. In this model, behaviors are not "caused" by unique and necessary events but are selected by their consequences. Identifying which contingencies relate to the behavior – including the common characteristics of offenders and cultural variables related to abuse – may enable the development of safer strategies to prevent abuse and intervention with the sexual offender.

*Keywords:* behavior analysis, child and juvenile sexual abuse, child, adolescent

## RESUMEN

El objetivo del presente trabajo es discutir el comportamiento del abusador sexual a partir de los presupuestos del Análisis del Comportamiento, así como las posibles contribuciones de esta perspectiva para la comprensión de este fenómeno. Entender el abuso sexual infantojuvenil como cualquier otro comportamiento humano, significa comprender su determinación filogenética, ontogenética y cultural, modelo que recibe el nombre de selección por consecuencias. En este modelo, los comportamientos no son "causados" por eventos únicos y necesarios, pero son seleccionados por sus consecuencias. Identificar qué contingencias se relacionan al comportamiento en cuestión, entre ellas, las características en común entre abusadores, y las variables culturales relacionadas con el abuso, puede posibilitar el desarrollo de estrategias más seguras de prevención de los casos de abuso y de intervención con el abusador.

*Palabras clave:* análisis del comportamiento, abuso sexual infanto-juvenil, niños, adolescentes

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um tipo de violência que afeta muitas vítimas. No Brasil, a violência sexual contra crianças na faixa etária de 0 a 15 anos ocupa o segundo lugar das violências cometidas contra essa população (Portal Brasil, 2012). Além disso, é importante salientar que o número de denúncias seja provavelmente menor que o número de casos de abuso, pois isso ocorre devido a fatores como medo, problemas relacionados à falta de credibilidade do sistema legal de justiça e o silêncio do cúmplice (Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004). Por outro lado, observam-se problemas conceituais quanto à definição de abuso sexual infantojuvenil. Definições muito amplas podem gerar superestimação dos casos, enquanto

definições restritas tendem a levar a subestimativas (Haugaard, 2000).

Além do tabu que envolve o assunto, a vítima é silenciada, pois sofre estigmatização e ameaça do autor de violência para que não revele o fato (Williams, 2002). Também há a síndrome do segredo, situação em que o segredo do abuso é mantido devido a fatores como coerção psicológica, negação e falta de credibilidade no relato da criança (Furniss, 1993), aspectos que serão melhor descritos na seção sobre o comportamento operante, em que se discutirá as variáveis relacionadas ao abuso.

Tendo em vista essa lacuna entre o número de casos reais e de denúncias, a conhecida subnotificação,

Sas e Cunningham (1995) apresentaram um modelo hipotético que descreve qual seria a porcentagem de casos de abuso que chegariam a algum tipo de condenação. Segundo esses autores canadenses, considerando um número hipotético ótimo de notificações, de um total de 100% de casos de abuso, 50% seriam denunciados à polícia. Essa estimativa é baseada em pesquisas de inquéritos com vítimas no Canadá, podendo ser uma superestimação do número real de denúncias. Do total de 50%, 30% seriam arquivadas; 15% receberiam alguma condenação, mas, devido ao número de recursos, apenas 6% do número de abusadores seriam presos. Acredita-se que esse número possa ser ainda pior no Brasil (Williams, 2002), sendo estimado que a porcentagem de condenação e encarceramento seja por volta de 1% a 3% dos casos, tendo em vista as diferenças socioeconômicas e a lentidão do sistema de justiça, entre outros entraves.

A proporção real de casos em relação ao número de denúncias será sempre difícil precisar. Quanto mais casos de abusos forem punidos, o que depende de um capacitado e rápido sistema de justiça – com profissionais treinados, que identifiquem o abuso e avaliem com agilidade, assim como forneçam apoio à criança e ao adolescente –, maior a probabilidade de que não só o número de casos de abuso diminua, como também o segredo em torno de sua ocorrência.

A *Cartilha de Orientação para o Combate ao Abuso Sexual de Menores*, da Promotoria de Justiça da Infância e Adolescência (Cordeiro, 2006), aponta que as consequências do abuso sobre essa população são variadas, podendo ou não apresentar sintomas que sinalizem a sua ocorrência. Os sintomas, quando presentes, envolvem problemas físicos, emocionais e sociais, e os danos oriundos desse evento podem acompanhar a vítima ao longo de sua vida, acarretando prejuízos. Para Sanderson

(2005), um dos efeitos do abuso sexual é a distorção da compreensão da criança quanto aos relacionamentos, levando a uma confusão sobre quais comportamentos são adequados na relação adulto e criança.

O abuso sexual pode ser caracterizado como ato ou jogo sexual ao qual o adulto submete a criança ou o adolescente para se estimular ou satisfazer-se sexualmente, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com oferta de presentes (Lowenkron, 2015). Dito de outra forma, o abuso abarca comportamentos emitidos por um adulto para obter gratificação sexual. Esses comportamentos incluem voyeurismo, exibicionismo, carícias e o ato sexual (sexo oral, anal e/ou vaginal) e ocorrem em situação nas quais os “indivíduos em formação são usados para gratificação sexual de pessoas geralmente mais velhas, em um estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado” (Cordeiro, 2006, p. 3). Uma definição de abuso sexual apresentada por Eisenstein (2004):

Qualquer ato ou contato sexual de adultos com crianças ou adolescentes, com ou sem o uso de força ou violência, que pode ocorrer num único ou em vários episódios, de curta ou longa duração, e que resulta em danos para a saúde, a sobrevivência ou a dignidade da vítima. [...] pode se manifestar através de maus tratos, exploração sexual ou comercial, molestamento, exibicionismos, manipulação, masturbação, estupro, contatos orogenitais, inserção de objetos ou penetração vaginal ou retal, quando a vítima é forçada por medo, ameaças ou violência física. (Eisenstein, 2004, p. 26)

Estudos nessa área têm se concentrado em investigar principalmente as vítimas, havendo, assim, uma lacuna importante no que diz respeito

aos perpetradores de violência. Pesquisas mostram que, na maior parte das vezes, o abusador não é um sujeito estranho, mas alguém muito próximo à criança e ao adolescente, aparentemente “confiável e normal” (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005). Böhm (2012) encontrou, em seu estudo, uma grande parcela de abusadores infantojuvenis casados, com estudo e emprego. Recentemente, foi descoberta uma rede de pedofilia internacional, na qual, entre os detidos, estavam religiosos, professores, médicos, enfermeiros e agentes da lei. Para uma criança, “uma pessoa acima de qualquer suspeita” (Rezendes, 2002).

O autor da agressão sexual de crianças e adolescentes é o protagonista do fenômeno e precisa ser estudado. Nesse sentido, este artigo propõe, a partir dos dados de outros estudos, uma discussão à luz dos conceitos da Análise do Comportamento sobre o comportamento do abusador, buscando uma compreensão objetiva do tema, assim como possíveis contribuições dessa perspectiva.

### **ABUSAR: UM COMPORTAMENTO COMPLEXO**

Apesar de tratarmos de comportamento no singular, o abuso sexual nomeia uma classe de comportamentos que descreve o contato sexual por meio do uso de algum tipo de poder, seja da hierarquia que se estabelece nas relações (professor e aluno, pai e filho, padrasto e enteado), do poder psicológico por meio de chantagem e coerção psicológica e/ou do uso de poder físico (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência [Abrapia], 2002; Baptista, França, Costa, & Brito, 2008).

O estabelecimento e manutenção do comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes envolve uma gama de variáveis que se entrelaçam em uma teia de funções. Assim como qualquer comportamento humano, abusar sexualmente também

apresenta diferentes variáveis em sua determinação, como instruções verbais, autoinstruções, história complexa de condicionamento e modelação (Lowe, 1979). Isso dificulta a identificação das variáveis relacionadas a esse comportamento específico.

Dos estudos sobre o abuso sexual infantojuvenil, uma parcela trata de prováveis causas orgânicas do indivíduo como constructos explicativos para o comportamento sexualmente abusivo, tais como: diferença de estrutura cerebral, problemas endócrinos, problemas mentais associados, abuso de álcool e drogas associados (Leonore & Simon, 2000; Hughes, 2007; Malón, 2012; Poepl et al., 2013).

Outra parcela dos estudos preocupa-se com a questão da pedofilia enquanto um transtorno mental descrito no *Manual de Doenças Mentais - DSM V* (American Psychiatric Association [APA], 2013). Para o diagnóstico de pedofilia, ou transtorno pedofílico, o indivíduo precisa apresentar desejos recorrentes por pré-púberes, por um período superior a seis meses, sem a necessidade de apresentar comportamentos de abuso sexual, e ter pelo menos 16 anos e uma diferença de 5 anos com a vítima ou indivíduo pelo qual tem esse desejo. Segundo esses critérios, um pedófilo não é, necessariamente, um abusador e nem sempre apresenta o diagnóstico de pedofilia.

Dessa forma, podemos considerar que apenas uma parcela daqueles indivíduos que foram condenados por cometerem abusos contra crianças e adolescentes preenchem os critérios de diagnóstico para pedofilia. Baltiere (2005) investigou uma amostra de abusadores sexuais de crianças, adolescentes e adultos e encontrou que apenas 20% dos abusadores de crianças e 3,5% dos abusadores de adolescentes atendiam os critérios para pedofilia, sendo que nenhum abusador de adultos preencheu os critérios diagnósticos. A maioria dos autores de

agressão sexual, segundo Burgess, Commons, Safarik, Looper e Ross (2007), não sofre de qualquer tipo de psicopatologia; pelo contrário, eles possuem um padrão de funcionamento normal no aspecto da integração profissional e familiar.

A diferenciação entre o abusador e o pedófilo faz-se importante, pois, como uma doença, a pedofilia exige tratamento; já aqueles indivíduos que abusaram de crianças, mas que não apresentam a doença, possivelmente tiveram outros fatores relacionados ao ato que não a parafilia. O *DSM-V* abre margem a essa distinção quando afirma que o pedófilo pode negar ou assumir seus desejos, mas o indivíduo que tem certa inclinação sexual por crianças, e controla seus impulsos, não se deixando conduzir por seus desejos, não é pedófilo, mas possui uma “orientação pedofílica”.

A Análise do Comportamento considera a influência tanto dos aspectos orgânicos, quanto dos aspectos ambientais sobre o desenvolvimento e manutenção dos comportamentos (Skinner, 2003). Segundo essa abordagem, é importante entender as relações de dependência entre eventos, denominadas “contingências”, e, assim, considerar os estímulos antecedentes e consequentes das quais um comportamento é função (Meyer, 2003). Assim, a despeito de um indivíduo apresentar desejos recorrentes ou não por crianças e adolescentes, um ambiente que propicie mais consequências reforçadoras que aversivas em relação ao abuso pode exercer papel fundamental na gênese e manutenção desses comportamentos, reduzindo comportamentos-problema.

Um comportamento problema pode ser compreendido como aquele que, de alguma forma, vai contra as “normas da sociedade” ou dos comportamentos “socialmente aceitáveis”. Todos os comportamentos, independentemente de como são vistos pela sociedade, passam pelos mesmos

processos de aprendizagem. O que vai determinar se eles são “aceitos ou não”, ou se serão considerados “problemas”, depende do julgamento ou avaliação social de uma dada cultura (Gongora, 2003).

Em muitas culturas, a relação sexual com crianças e adolescentes foi considerada normal, como na Grécia, por exemplo, onde a relação sexual com meninos (denominados “efebos”) era parte de sua formação. A palavra efebo (*ephebo*), na língua grega, era associada ao jovem entre 18 e 20 anos, período em que prestava serviço militar na *polis*. A *ephebia* consistia em várias etapas pelas quais o jovem deveria passar para aprender os valores daquela sociedade, e o mais velho tinha como função ensinar ao mais novo, inclusive nas práticas sexuais. O próprio termo “pedofilia” tem origem no Grego e significa “amor por crianças”, significado bem diferente do encontrado hoje em nossa cultura (Rodrigues, 2008).

Há algumas décadas, mesmo em nossa sociedade, era comum o casamento de crianças em estágio de desenvolvimento maturacional (psicológico e biológico), considerado inapropriado nos dias de hoje. Só a partir do século XVIII, iniciou-se um processo de atenção à criança como alguém diferenciado e frágil, que necessita de cuidados, e, assim, começaram a ser discutidas ações de proteção a essa população, chegando à criação de órgãos e leis específicas (Felipe, 2006). Mais recentemente, a literatura tem se voltado para o estudo das características do autor de agressão sexual, tendo, ainda, produzido descrições simplistas baseadas em dados sociodemográficos (Moura, 2007).

Essa parece ser uma demanda que, hoje, mais do que antes, apresenta-se como necessária à pesquisa em torno de definições conceituais, das características dos autores de agressão sexual e de respostas possíveis quanto aos aspectos que envolvem tal

comportamento. Entretanto a literatura, apesar de incipiente, já traz alguns dados importantes para a investigação dessa questão (Esber, 2009; Marques, 2005; Moura, 2007). A Análise do Comportamento, ao propor um modelo de causalidade múltipla dos comportamentos, apresenta uma visão diferenciada sobre o fenômeno, que pode contribuir para sua compreensão.

## O ABUSO SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

A Análise do Comportamento apresenta uma proposta para a compreensão do comportamento humano que inclui, em sua análise, tanto o organismo que se comporta quanto as características desenvolvidas ao longo de sua história de vida e da cultura na qual está inserido. Esse pressuposto teórico tem suas raízes nas bases filosóficas do Behaviorismo Radical, segundo o qual o comportamento humano é produto de relações, e não apresenta causas mecanicistas, internas ou intencionais, o que o diferencia das explicações tradicionais do comportamento humano (Skinner, 2003).

Frequentemente, explica-se o comportamento humano segundo causas internas, utilizando-se de termos como “intenção” e “vontade”. Nesse sentido, o abusador sexual seria compreendido como alguém que não tem “bom caráter”, é “doente” ou “possui uma doença”, “é inescrupuloso”. Esse é o tipo de explicação que pode ser denominada de circular, pois não explica as variáveis envolvidas no comportamento em questão (Skinner, 2003). Por exemplo, dizer que Fulano abusou de uma criança porque é mau-caráter, ou que é mau-caráter porque abusa de crianças, é o mesmo que dizer que alguém bebe água porque tem sede, come porque tem fome, dorme porque tem sono. Apenas se associam duas respostas do organismo, que ocorrem juntas, mas não se explica quais variáveis controlam a ocorrência de ambas.

Várias explicações sobre o comportamento dos homens foram desenvolvidas ao longo dos tempos. Skinner (2003) apontou várias dessas perspectivas, dentre elas a estrutura dos indivíduos (linhas da palma da mão definiriam características das pessoas, pessoas gordas são bonachonas); data de nascimento (horóscopo), além de causas internas neurais (ela estava com os nervos à flor da pele e chorou) e causas internas psíquicas (a mente dela estava perturbada, e por isso cometeu suicídio).

Esses tipos de explicações, além de serem circulares, colocam o analista à mercê de contingências sem controle, deixando de lado fatores ambientais dos quais o comportamento é função. Por essa razão, no Behaviorismo Radical, evita-se a terminologia “causa” por remeter à noção linear de causas únicas e necessárias para determinados efeitos. No lugar de “causas”, discutem-se os múltiplos eventos que mantêm relação probabilística com o comportamento-alvo (Tourinho, 2003).

O modelo proposto pela Análise do Comportamento é o de seleção por consequências, o qual vai na direção oposta à noção popular de “livre arbítrio”, que descreve comportamentos como sendo motivados por “intenções”, “vontade” ou “processos psíquicos” (Skinner, 2003; Baum, 2006). A Análise do Comportamento compreende o comportamento como função de inúmeras variáveis e resultado da interação entre três diferentes histórias: filogenética, ontogenética e cultural (Catania, 1999; Skinner, 2003).

O nível filogenético refere-se a características anatomofisiológicas das espécies, bem como aos comportamentos reflexos. Considerando a condição de abuso, refere-se à função do sexo como reforçador primário, características físicas que sinalizam um provável parceiro sexual, entre outras, e que se mantiveram ao longo de gerações e foram selecionadas por terem propiciado a sobrevivência da espécie.

O nível ontogenético diz respeito ao repertório comportamental desenvolvido ao longo da vida dos indivíduos e que foi mantido e selecionado por suas consequências. Esse tipo de comportamento denomina-se comportamento operante e consiste em comportamentos mantidos por contingências que ocorrem ao longo da vida dos indivíduos. Novamente em relação ao abuso, consistiria na história de pareamento entre crianças e reforçamento sexual, que se configura de forma idiossincrática para cada abusador.

O nível ontogenético parece estar intrinsecamente relacionado aos aspectos culturais nesse caso. O “desejar um indivíduo em desenvolvimento” ou pré-púbere é considerado anormal em nossa sociedade, mas, por outro lado, temos uma cultura que exacerba a sexualidade do corpo jovem. Estamos, portanto, diante de um paradoxo pessoal/cultural, pois, embora a sociedade rejeite esse comportamento, músicas, propagandas, livros apresentam aos seus membros o corpo infantil como uma “fonte e possibilidade” de reforço sexual. Serafim, Saffi, Rignatti, Casoy e Barros (2009) afirmam que, embora o abusador saiba que está agindo de maneira criminosa, ele responde a autorregras construídas ao longo da vida e, portanto, não estaria fazendo nada errado ou estaria fazendo bem à criança, pois, no paradoxo cultural, “crianças e adolescentes fazem parte do contexto erotizado”, “a criança permitiu” o abuso, ou “ela também sentiu prazer”.

O nível cultural diz respeito às características de sobrevivência da cultura como um todo, não necessariamente priorizando a integridade dos indivíduos. Verifica-se que, com frequência, os autores de agressão sexual são apontados como portadores de algum transtorno ou doença mental, como produtos de privação material e afetiva que “justificam” sua vulnerabilidade, como criminosos,

justamente por desrespeitarem regras sociais e códigos jurídicos que coíbem o comportamento agressivo e antissocial no convívio cotidiano. Ou seja, a cultura seleciona essa prática ao legitimá-la como desviante, pois, ao coibi-la, o grupo mantém sua coesão social e garante a cultura de proteção à infância (Skinner, 2003).

Pelo modelo de seleção por consequências, os comportamentos têm sua probabilidade alterada de acordo com os efeitos que produzem no ambiente. De maneira sintética, podemos dizer que existem dois tipos: as reforçadoras e as punitivas, as quais têm, respectivamente, o efeito de aumentar e diminuir a probabilidade de ocorrência dos comportamentos que as precedem. Além disso, as várias características quanto à forma de apresentação da consequência – como atraso, magnitude, esquema de reforço, reforço natural ou arbitrário – interferem nos efeitos produzidos sobre o comportamento (Baum, 2006).

## **O ABUSAR SEXUALMENTE COMO UM COMPORTAMENTO OPERANTE**

Todos os comportamentos, sejam socialmente considerados “normais” ou “anormais”, seguem os mesmos princípios de aprendizagem. Segundo Gongora (2003), é fundamental entender que:

[...] não importa qual é o princípio de aprendizagem, mas a concepção de que todo o comportamento aprendido pode ser mudado, que todo comportamento aprendido segue algum ou alguns princípios e que, uma vez descritos, serão úteis na produção de procedimentos que permitam alterar comportamentos quando houver interesse em fazê-lo (p. 95).

Entender o comportamento de abusar como um operante significa descrevê-lo como um comportamento que atua sob o meio e é alterado

pelas consequências que produz. Ao buscar conhecer quais as possíveis contingências mantenedoras dos comportamentos de abusar sexualmente de crianças e adolescentes, pode-se pensar em quais consequências estão mantendo tais comportamentos, bem como quais as consequências aversivas presentes nessa relação e que podem funcionar como inibidores do comportamento diminuindo sua probabilidade. Por um lado, há o prazer sexual produzido pelo ato sexual com criança e/ou adolescente, ou pelo se masturbar usando-o como fonte de excitação, ou ainda o baixo custo de resposta – fácil acesso à criança e adolescente (a depender da situação) e menor possibilidade de recusa; facilidade em fazê-la acreditar em alguma história que permita o abuso e relação de poder; assim como menor risco de ser “humilhado” (principalmente se o abusador apresenta algum tipo de problema sexual, como ejaculação precoce ou problemas de ereção). Por outro, há a reprovação moral e social, uma provável punição condicionada, como sentimentos de vergonha e culpa, punição legal, entre outros.

Sexo é um reforçador primário, bem como água, comida ou remoção de danos físicos, por estar ligado diretamente à manutenção da vida da espécie. Por isso os organismos desenvolveram uma suscetibilidade a essas consequências como reforçadoras (Abib, 2001). Sendo assim, os comportamentos que têm sexo, comida ou água como consequência terão alta probabilidade de ocorrer novamente, assim como a privação desses estímulos aumentará seu valor reforçador, salvo em situações nas quais houver o pareamento de estímulos aversivos a esses reforçadores. O sexo, quando emparelhado com histórias de abuso ou agressão, pode adquirir propriedade aversiva condicionada e produzir respostas de evitação.

As consequências aversivas são aquelas que tendem a diminuir a probabilidade de ocorrência do

comportamento. Em casos de abuso sexual, é possível citar consequências como julgamento social ou risco de sanções legais que poderiam atuar reduzindo a probabilidade do comportamento. Além disso, o abuso em si pode apresentar consequências aversivas condicionadas. Padrões emocionais, anteriormente neutros, podem ser condicionados ao abuso – como vergonha, sentimento de culpa, medo, ansiedade – e passar a funcionar como estímulos que sinalizam consequências punitivas. Conforme Skinner (2003), “a estimulação aversiva condicionada, gerada pelo mau comportamento como resultado da punição se associa com um padrão emocional comumente denominado vergonha. O indivíduo responde a isso quando se sente envergonhado dele mesmo” (pp. 354-355).

A punição, para exercer seu efeito, não precisa ser infligida diretamente ao indivíduo. Diante de um grupo social que define o que é considerado “bom” e “mau”, que expõe indivíduos que abusaram e foram punidos, ou mesmo pelo relato verbal de outros dizendo que abusadores devem ser punidos, o indivíduo passaria a se comportar de determinadas formas, respondendo a essas contingências verbais.

Dessa forma, o comportamento seria modelado pelas contingências sociais aversivas, não necessitando exposição direta às contingências punitivas de prisão ou punição física. Se o comportamento está sendo mantido, as consequências aversivas existentes (como leis que resultam em retirada da liberdade do indivíduo) provavelmente não estão sendo eficazes para a supressão do abuso, que supostamente estaria sendo mantido por consequências biológicas.

As leis de um governo tentam funcionar nesse nível, o da determinação social, e assim especificam os comportamentos e as consequências, geralmente punitivas, para quem se comporta de determinada maneira. De modo geral, em nosso país, constitui-se



crime utilizar o outro como forma de gratificação sexual, ainda que seja um adulto, sem seu consentimento ou de forma que impeça ou dificulte a manifestação de vontade da vítima. No que se refere a crianças e adolescentes, qualquer tipo de comportamento sexual é considerado crime, cuja pena é aumentada de acordo com a idade da vítima.

Analisando-se comportamentalmente, uma lei nada mais é do que o enunciado de uma contingência de reforço/punição mantida por uma agência governamental (Skinner, 2003). Essas agências utilizam-se de seu poder de punir para restringir comportamentos que possam ser nocivos à sociedade como um todo. Embora as leis tenham a função de diminuir ou extinguir comportamentos que causam danos à sociedade, é importante salientar que o atraso nas consequências punitivas, bem como a probabilidade de que a punição não venha a ocorrer, aumenta o valor reforçador do envolvimento sexual desejado e reprovado pela lei.

A despeito das leis punitivas ao comportamento de abusar sexualmente de crianças, bem como das normas culturais que dizem ser esse um comportamento reprovável, temos indivíduos que ainda abusam de crianças. Alguns autores, como Araji e Finkelhor (1986), discutem teorias que explicam contingências que possibilitam o abuso, diminuem a probabilidade de denúncia e que descrevem alguns fatores para explicar por que indivíduos sentem desejos por crianças e adolescentes.

Araji e Finkelhor (1986) realizaram uma revisão de estudos sobre as explicações sobre o comportamento em questão e apresentaram um modelo de múltiplos fatores ou teoria dos quatro fatores. Os estudos analisados não seguiram uma abordagem específica. Como critério de seleção, esses pesquisadores levaram em conta os estudos que buscaram identificar e quantificar as características dos agressores, assim como artigos

clínicos que tinham como objetivo avaliar a evidência de alguma teoria. Eles identificaram que os estudos, em geral, buscavam respostas a quatro questões: 1) por que um adulto encontraria em uma criança gratificação e congruência nas suas necessidades; 2) por que uma pessoa seria capaz de encontrar excitação sexual em uma criança; 3) por que um adulto não recorreria ou estaria bloqueado para buscar gratificação sexual e emocional de fontes mais normativas (pessoas adultas) e; 4) por que uma pessoa não deixaria de cometer tais atos diante das convencionais restrições sociais e inibições relativas a se relacionar com crianças.

Baseados nessas quatro perguntas, Araji e Finkelhor (1986) encontraram quatro tipos de explicações do comportamento de abusar sexualmente de crianças, que serão dispostas no presente trabalho tais como foram descritas: 1) congruência emocional (adultos que sentem atração por crianças pela sua falta de dominância, atraso no desenvolvimento, imaturidade, baixa autoestima, domínio de um trauma pela repetição, identificação com a agressão, narcisismo e socialização masculina para a dominância); 2) excitação sexual (intensificada excitação por crianças, condicionamento a partir de experiências na primeira infância, anormalidades hormonais, atribuição errada ao estímulo que causa excitação, socialização pela pornografia infantil); 3) bloqueios (dificuldades em se relacionar com adultos do sexo feminino, habilidades sociais inadequadas, ansiedade sexual, dinâmicas edipianas mal resolvidas, distúrbios no relacionamento romântico e sexual adulto, normas repressivas sobre comportamento sexual); 4) desinibição (desordens de impulso, senilidade, retardo mental, álcool, falhas no mecanismo de evitação do incesto, situações de estresse, tolerância cultural e normas patriarcais. Dentre esses fatores, alguns são comprovados empiricamente, e outros figuram apenas em hipóteses teóricas.

Furniss (1993) também discute o comportamento do abusador sexual. Em sua abordagem multidisciplinar, o pesquisador relaciona as semelhanças entre esse comportamento e o comportamento de dependência de substâncias, nomeando-o síndrome da adição, caracterizada pelo comportamento compulsivo do descontrole de impulso frente ao estímulo gerado pela criança, ou seja, o abusador, por déficit em comportamentos de autocontrole, usa a criança para obter excitação sexual e alívio de tensão, gerando dependência psicológica e negação da dependência. Embora essa teoria também não se apoie nos pressupostos analíticos comportamentais, pode-se identificar uma cadeia comportamental na qual o abusador pode se engajar por longos períodos, emitindo comportamentos que vão sendo reforçados, modelando comportamentos mais complexos como abusar sexualmente.

Além das características do indivíduo que abusa, para que o abuso ocorra, é necessário que o ambiente seja propício. Finkelhor (1984) descreve quatro condições para que o abuso aconteça considerando-se níveis individuais, sociais e culturais do abusador, da criança e da rede de proteção. As duas primeiras condições dizem respeito ao comportamento do abusador; a terceira e quarta, ao ambiente da criança, sendo a terceira relacionada à disponibilidade e proteção da criança, e a quarta, especificamente, a algumas características da criança e adolescente.

Os quatro fatores são: 1) motivação do abusador (variáveis do indivíduo relacionadas ao ato de abusar de crianças e adolescentes, à congruência emocional, ativação ou excitação sexual e a bloqueios emocionais); 2) fatores predisponentes do abusador (pobre controle dos impulsos, abuso de drogas e falhas no mecanismo de inibição); 3) fatores relacionados a inibir externamente o

comportamento do abusador (problemas na rede de cuidados e proteção da criança e oportunidade de estar a sós com a criança); 4) fatores predisponentes da criança (problemas emocionais, falta de conhecimento sobre abuso, falta de orientação quanto a comportamentos de resistência, confiança da criança no abusador e impotência diante da ocorrência).

Dessa forma, para que o abuso ocorra, é necessário que essas condições estejam presentes. Ainda segundo Finkelhor (1984), se alguma dessas condições não for estabelecida, o abuso não ocorrerá. Por exemplo, caso o abusador esteja motivado e não apresente controle sobre essa motivação, mas, a despeito disso, não tiver a oportunidade de estar a sós com a criança, o abuso não ocorrerá. Da mesma forma, se o indivíduo puder estar com a criança, mas, se ela apresentar habilidades para se proteger e buscar ajuda, o abuso não ocorrerá.

Essa análise defende que não há um fator único que explique o porquê de as pessoas se comportarem de forma violenta e abusiva na relação umas com as outras, ou por que o abuso tende a ser perpetrado por autores inseridos em um determinado contexto e não em outros. Por trás de cada autor de agressão sexual existem características pessoais específicas, histórias e contextos de desenvolvimento, fatores relacionais, sociais, culturais e ambientais cuja complexa interação contribui para modelar determinadas das preferências sexuais e resulta no comportamento abusivo (Habigzang et al., 2005; Marques, 2005; Moura, 2007). Desse modo, considera-se que entender como esses fatores estão relacionados à formação dos padrões de comportamento do que chamamos “personalidade abusiva” parece ser um passo importante na prevenção da violência (Hall, 1990; Ward & Hudson, 1998).

## QUESTÕES METODOLÓGICAS NO ESTUDO DO COMPORTAMENTO ABUSIVO

A Análise do Comportamento apresenta alguns problemas metodológicos em relação ao estudo de alguns comportamentos complexos, como é o caso do comportamento de abusar sexualmente de crianças e adolescentes. Algumas das questões levantadas (Baltieri, 2005; Finkelhor, 1984; Serafim et al, 2009) não são exclusivas dessa abordagem, mas referem-se ao tipo de problema investigado. A principal delas é quanto à falta do controle de variáveis (a falta de controle quanto à veracidade dos fatos). Em busca de discriminar em quais variáveis o comportamento possa ser função, não se pode simular a situação experimentalmente a fim de obter dados, o que impede uma maior operacionalização do abuso sexual. Além disso, ao trabalhar com essa população, conta-se exclusivamente com os relatos verbais, tanto da vítima como dos abusadores, os quais sabidamente não apresentam incongruências entre o que se diz sobre o ocorrido e o que de fato ocorreu, o que dificulta o levantamento das possíveis contingências mantenedoras do comportamento investigado.

As discrepâncias podem acontecer mesmo quando se tem acesso às crianças e adolescentes para ouvi-los. Na maior parte das vezes, o abusador exerce o papel de cuidador, seja na família (pais, padrastos, tios, avós) ou fora dela (profissionais de saúde, pessoas ligadas à educação da criança, instituições de abrigo), ou é alguém com quem as quais crianças passam parte do seu tempo (vizinhos ou amigos da família) e que se utiliza de algum tipo de poder, emocional ou de intimidação, para calar a criança ou fazer com que ela se retrate (Morales & Schramm, 2002).

Mesmo em estudos epidemiológicos, a dificuldade continua. Em estudo realizado por Martins (2008), foram obtidos dados sobre os casos de abuso denunciados na cidade de Londrina (PR) em 2002 e

2006. Encontrou-se, respectivamente, que 73,5% e 59,1% dos abusadores eram alguém da família, contra apenas 5,8% e 3,8%, respectivamente, de desconhecidos. Estima-se que o número de casos de abuso cometidos por familiares é ainda maior em função do problema discutido acima.

Outra questão perpassa as definições conceituais em torno de pedófilos e abusadores de crianças e adolescentes que os diferentes estudos adotam. Pois, conforme já discutido, a pedofilia não seria uma condição necessária para o abuso. Mesmo aquele indivíduo que tenha desenvolvido algum tipo de excitação por crianças ao longo de sua história de vida, bem como uma discriminação equivocada sobre o estímulo sexual adequado (uma pessoa da mesma idade que tenha a capacidade para aceitar ou recusar o ato sexual), mas tiver trabalhado no sentido de exercitar seu autocontrole (ou seja, apresentar comportamentos compatíveis a não se relacionar com crianças), terá sucesso em não cometer esse tipo de delito. Um sujeito que não apresentar os critérios para o diagnóstico de pedofilia (como desejos intensos e recorrentes por crianças em um período de pelo menos seis meses), mas apresentar um baixo controle de impulsividade e estiver em um ambiente facilitador, por exemplo, poderá vir a cometer esse crime.

Não existe uma resposta certa para explicar por que um indivíduo acaba mantendo relações sexuais com uma criança em vez de com alguém de idade semelhante. Cada caso possui suas peculiaridades, pois cada indivíduo tem sua história de vida. O estudo do fenômeno ainda é dificultado uma vez que, quando se tem acesso aos indivíduos de interesse para pesquisa, geralmente são os que já cometeram o abuso (Williams, 2002). Assim, o acesso às variáveis que controlam o indivíduo que tem o desejo e o mantém sob controle (cuja compreensão seria importante para investimento na prevenção) é praticamente impossível.

A despeito das dificuldades em se levantar os eventos que estão relacionados ao comportamento, esforços deveriam ser empreendidos na descoberta de regularidades no comportamento e similaridades no ambiente e contexto de forma a produzir informação relevante ao fomento dos comportamentos ditos “normais” e que, principalmente, não gerem dano para a vida de outros indivíduos. Sendo assim, pesquisas no sentido de buscar mais dados em relação ao abusador, bem como ao abuso, são de extrema importância. A ciência precisa percorrer assuntos que visem a solucionar problemas sociais. Segundo Skinner (2003), a ciência não é só contemplação, é a busca de ordem, previsão e controle a fim de construir uma sociedade melhor.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre sexo, de forma geral, ainda é um tabu em nossa sociedade. Por um lado, temos alguns avanços quanto à sexualidade, de modo que atualmente discute-se mais sobre sexo nos meios de comunicação. Por outro, o tema nem sempre é tratado de forma ampla e positiva, pois ainda existem dificuldades simples, como a discussão sobre sexo entre pais e filhos, e até mesmo as escolas apresentam resistência e problemas na discussão do tema com seus alunos (Cabral, Moura, & Borgonovo, 2018).

Entender o abuso como um comportamento com possibilidade de modificação permite que indivíduos que tenham cometido abuso, ou em risco de cometer, possam recorrer a tratamento. Tal afirmação pode parecer utópica, mas estudar o abuso sexual nos coloca em melhor posição de desenvolver técnicas de autocontrole de impulsos sexuais, psicoterapia para pessoas que abusaram, entre outras formas de intervenção e prevenção, assim como de formação de profissionais para trabalhar com essa população.

Visto que se trata de um fenômeno complexo e com poucos estudos, fazem-se necessários maiores aprofundamentos e movimentos em busca de informações. Mais estudos sociodemográficos quanto à população de abusadores e uma busca mais intensa de dados em relação às contingências de abuso são, provavelmente, esforços de pesquisa possíveis e desejáveis. Alguns problemas metodológicos citados se farão recorrentes, mas não podem ser impeditivos.

Entretanto, com muitos relatos das contingências, é possível traçar hipóteses, utilizando-se um modelo estatístico das informações que se apresentem na maior parte dos casos (metanálises). Com isso, poder-se-á trabalhar com maior segurança no sentido de desenvolver, de forma mais confiável, métodos preventivos frente aos casos de abuso e intervenções destinadas ao abusador.

### REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 107-117. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722001000100009>
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). Arlington: American Psychiatric Publishing.
- Araji, S., & Finkelhor, D. (1986). Abuser: A review of the research. In D. Finkelhor (Org.), *A sourcebook on child sexual abuse* (pp. 89-118). Beverly Hills: Sage Publications.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (2002). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Mitos e realidades* (3th ed.). Petrópolis: Autores & Agentes & Associados.
- Baltiere, D. A. (2005). *Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais* (Doctoral dissertation). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Baptista, R. S., França, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um programa sentinela. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(4), 602-608. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002008000400011>
- Baum, W. M. (2006) *Compreender o behaviorismo: Comportamento, cultura e evolução* (M. T. A. Silva, M. A. Matos, G. Y. Tomanari, & E. Z. Tourinho, Trans.) Porto Alegre: Artmed. (Original work published 2005)
- Böhm, D. M. (2012). *Características emocionais e comportamentais de adolescentes e adultos suspeitos de praticar abuso sexual* (Master's thesis). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS.
- Burgess, A., Commons, M., Safarik, M., Looper, R. & Ross, S. (2007). Sex offenders of the elderly: Classification by motive, typology and predictors of severity of crime. *Aggression and Violent Behavior*, 12(5), 582-597. <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2007.02.006>
- Cabral, P. P., Moura, C. B., & Borgonovo, A. K. (2018). Responsabilidade de quem? O que pensam os pais de alunos do ensino fundamental sobre a educação sexual na escola. *Educação on-line (PUCRJ)*, 13(27), 73-93.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição* (D. G. Souza, Trans.). Porto Alegre: Artmed. (Original work published 1998)
- Cordeiro, F. A. (2006). *Aprendendo a prevenir: Orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes*. Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude.
- Eisenstein, E. (2004). Quebrando o silêncio sobre o tabu. *Adolescência e Saúde*, 1(3), 26-29.
- Esber, K. M. (2009). *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Goiânia: Cànone.
- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, 26, 201-223. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332006000100009>
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse*. New York: Free Press, Macmillan.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar* (M. A. V. Veronese, Trans.). Porto Alegre: Artmed.
- Gongora, M. (2003). Noção de psicopatologia na Análise do Comportamento. In: C. E. Costa, J. C. Luzia, & H. H. N. Santanna (Orgs.), *Primeiros passos em Análise do Comportamento* (pp. 93-110). Santo André, SP: Esetec.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. *Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722005000300011>
- Hall, G. C. N. (1990). Prediction of sexual aggression. *Clinical Psychology Review*, 10(1), 229-245. [https://doi.org/10.1016/0272-7358\(90\)90059-J](https://doi.org/10.1016/0272-7358(90)90059-J)
- Haugaard, J. J. (2000). The challenge of defining child sexual abuse. *American Psychologist*, 55(9), 1036-1039. <http://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0003-066X.55.9.1036>
- Hughes, J. R. (2007). Review of medical reports on Pedophilia. *Clinical Pediatrics*, 46(8), 667- 682. <https://doi.org/10.1177/0009922807301483>
- Leonore, M. J., & Simon, J. D. (2000). An examination of the assumption of specialization, mental disorder, and dangerousness in sex offenders. *Behavioral Sciences and the Law*, 18(2-3), 275-308.
- Lowe, C. F. (1979). Determinants of human operant behaviour. In M. D. Zeiler, & P. Harzem (Orgs.), *Advances in analysis of behaviour: Reinforcement and the organization of behaviour* (159-192). Chichester: Wiley.

- Lowenkron, L. (2015). *O monstro contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Malón, A. (2012). Pedophilia: A diagnosis in search of a disorder. *Archives of Sexual Behavior*, 41(5), 1083-1097. <https://doi.org/10.1007/s10508-012-9919-5>
- Marques, H. M. V. (2005). *A voz do abusador: Aspectos psicológicos dos protagonistas de incesto* (Unpublished master's thesis). Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.
- Martins, C. B. G. (2008). *Violência contra menores de 15 anos no município de Londrina, Paraná: Análise epidemiológica de suas notificações* (Doctoral dissertation). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Meyer, S. (2003). Análise funcional do comportamento. In C. E. Costa, J. C. Luzia, & H. H. N. Santanna (Orgs.), *Primeiros passos em Análise do Comportamento* (pp.75-91). Santo André, SP: Esetec.
- Morales, A. E., & Schramm, F. R. (2002). A moralidade do abuso intrafamiliar em menores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(2), 265-273. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232002000200007>
- Moura, A. S. (2007). *A criança na perspectiva do abusador sexual* (Master's thesis). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Poepl, T. B., Nitschke, J., Santtila, P., Schecklmann, M., Berthold, L., Greenlee, M. W., ... Mokros, A. (2013). Association between brain structure and phenotypic characteristics in pedophilia. *Journal of Psychiatric Research*, 47(5), 678- 685.
- Portal Brasil (2012). *Abuso sexual é o 2º tipo de violência mais comum contra crianças, mostra pesquisa* (Relatório). Retrieved from <http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2012/05/abuso-sexual-e-o-segundo-maior-tipo-de-violencia-contra-criancas-mostra-pesquisa>
- Rezendes, M. (2002, January 6). Church allowed abuse by priest for years. *The Boston Globe*. Retrieved from <https://www.bostonglobe.com/news/special-reports/2002/01/06/church-allowed-abuse-priest-for-years/cSHfGkTlrAT25qKGvBuDNM/story.html>
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Caracterização relativas à vitimização nas relações familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(2), 456-464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000200013>
- Rodrigues, W. T. S. (2008). A pedofilia como tipo específico na legislação penal brasileira. *Âmbito Jurídico*, 9(59). Retrieved from [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=5071](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5071)
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças*. São Paulo: M. Books do Brasil.
- Sas, D. L., & Cunningham, A. H. (1995). *Tipping the balance to tell the secret: Public discovery of child sexual abuse*. London: London Family Court Clinic.
- Serafim, A. P., Saffi, F., Rignatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36(3), 105-111. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832009000300004>
- Silva, A.N.N. (1998). *Abuso sexual de crianças* (Unpublished master's thesis). Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trans.). São Paulo: Martins Fontes. (Original work published 1953)
- Tourinho, E. Z. (2003). A produção de conhecimento em Psicologia: A Análise do Comportamento. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(2), 30-41. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000200006>

Ward, T., & Hudson, S. M. (1998). A model of the relapse process in sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(6), 700-725. <https://doi.org/10.1177/088626098013006003>

Williams, L. C. (2002). Abuso sexual infantil. In H. J. Guilhadi, M. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento* (v. 10, pp. 155-164). Santo André: Esetec.

Recebido em 24/05/2018 Revisado em 16/08/2018 Aceito em 18/10/2018
--